



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**  
**DIRETORIA GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS**  
Av. João da Mata, 256, Jaguaribe,  
João Pessoa - PB – CEP: 58.015-020

**Memo Circular nº 005/2016 – DGEP/IFPB**

João Pessoa, 22 de novembro de 2016

Da: DGEP

Para: Pró-Reitores, Diretores Gerais, Chefes de Departamentos/ Unidades e Coordenadores

**Assunto: Frequência de servidores**

Considerando o movimento de paralização deflagrado por algumas unidades deste IFPB e considerando a necessidade de identificação da real situação vivenciada por este Instituto, assim como a obtenção de informações precisas que possam propiciar condições mínimas para possíveis acordos pós-greve, de modo especial acerca da reposição dos dias paralisados, ou outras intervenções legalmente exigidas, lembramos a Vossas Senhorias a necessidade do correto registro de ausências no controle de frequência dos servidores, não só por motivo de greve, mas em qualquer outra situação de não comparecimento ao serviço.

Destacamos que as possíveis ocorrências deverão ser registradas utilizando-se unicamente os códigos constantes da Portaria nº 2.561, de 16 de agosto de 1995, publicada no diário Oficial da União do dia 17 subsequente (cópia anexa), com destaque, em função do momento atual, para as ausências por motivo de greve, cujo código a ser utilizado deverá ser o **03146**.

Atenciosamente.

  
**AGUINALDO TEJO FILHO**  
**Diretor da DGEP**

<b>CÓDIGO</b>	<b>DENOMINAÇÃO DA OCORRÊNCIA</b>
03-148	A Disposição da Justiça Eleitoral
03-101	Afastamento para Acompanhar Cônjuge ou Companheiro, Art. 84, § I, Lei nº 8.112/90 (Sem Remuneração)
03-111	Afastamento para Estudos ou Missão no Exterior, Art. 95, Lei nº 8.112/90
03-108	Afastamento para exercício Mandato Eletivo para Prefeito (sem remuneração)
03-107	Afastamento para exercício Mandato Eletivo para Prefeito (sem remuneração)
03-110	Afastamento para exercício Mandato Eletivo para Vereador (com remuneração)
03-109	Afastamento para exercício Mandato Eletivo para Vereador (sem remuneração)
03-106	Afastamento para Mandato Federal, Estadual ou Distrital (sem remuneração)
03-141	Afastamento para Servir a outro Órgão ou Entidade
03-112	Afastamento para Servir em Organismo Internacional, Art. 96, Lei nº 8.112/90
03-120	Afastamento por Inquérito Administrativo
03-122	Afastamento Preventivo, Art. 147, lei nº 8.112/90
03-121	Afastamento Sindicância (Suspensão)
03-125	Alistar como Eleitor, Art. 97, Inciso II, Lei nº 8.112/90 (02 dias)
05-000	Aposentadoria
03-141	Atraso ou Saida Antecipada
03-050	Ausência Prevista Art. 15, Lei nº 8.868/94
03-126	Casamento, Art. 97, Inciso III, Alínea A, Lei nº 8.112/90 (08 dias consecutivos)
03-145	Comparecimento a Congresso, Conferência ou Similares
00-001	Compensação
03-128	Condenação a Pena Privativa de Liberdade
03-139	Curso - ESG
02-114	Demissão, Art. 132, Lei nº 8.112/90
03-151	Deslocamento para Nova Sede, Art. 18, Lei nº 8.112/90
03-124	Doação Voluntária de Sangue, Art. 97, Inciso I, Lei nº 8.112/90 (01 dia)
02-110	Exclusão por Decisão Judicial
02-108	Exoneração Cargo Comissionado, Art. 35, Inciso I, Lei nº 8.112/90
02-109	Exoneração Cargo Comissionado, Art. 35, Inciso II, Lei nº 8.112/90
02-105	Exoneração Cargo Eletivo, a pedido, Art. 34, Lei nº 8.112/90
02-106	Exoneração Cargo Eletivo, Art. 34, § Único, Item I, Lei nº 8.112/90
02-107	Exoneração Cargo Eletivo, Art. 34, § Único, Item II, Lei nº 8.112/90
02-101	Falecimento do Servidor, Art. 33, Lei nº 8.112/90
03-127	Falecimento, Art. 97 Lei nº 8.112/90 (08 dias consecutivos)
03-143	Falta Justificada

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO DA OCORRÊNCIA
03-142	Falta não justificada
03-146	Falta por Greve
03-144	Férias
00-002	Hora-Extra
03-008	Inquerito Policial
03-147	Juri
03-115	Licença Adoção ou Guarda Judicial, Art. 210, Lei nº 8.112/90
03-149	Licença Adoção ou Guarda Judicial, Art. 210, Parágrafo Único
03-114	Licença Gestante, Art. 207, Lei nº 8.112/90 (120 dias)
03-137	Licença para Atividade Política, Art. 86, § II, Lei nº 8.112/90
03-136	Licença para Atividade Política, Art. 86, Lei nº 8.112/90
03-105	Licença para o Desempenho de Mandato Classista, Art. 92, Lei nº 8.112/90
03-113	Licença para Tratamento da Própria Saúde, Art. 202, Lei nº 8.112/90
03-104	Licença para Tratamento de Interesse Particular, Art. 91, Lei nº 8.112/90 (Até 2 anos)
03-123	Licença Paternidade, Art. 208, Lei nº 8.112/90

## Observações

- 1 - Diplomatas: Pela natureza das atividades, não tem limitação de horário de trabalho, ficando sujeito à necessidade do serviço, seja no exterior ou na sede do Ministério.
- 2 - O reconhecimento das jornadas diferenciadas requer, além da especificação em lei, de acordo com o quadro acima, que conste das especificações de classes das categorias funcionais constantes no plano de cargos.
- 3 - Os ocupantes de cargos de Telefonista cumprirão Jornada de Trabalho de 30 horas semanais, tendo em vista tratar-se de atividade considerada penosa, conforme dispõe a Lei Nº 7.850, de 23/10/89.
- 4 - Para os servidores que trabalham em atividades de digitação, o tempo de entrada de dados não deve exceder o limite máximo de cinco horas, sendo que, no período restante da jornada de trabalho o servidor poderá exercer outras atividades pertinentes ao cargo.

(Cf. nº 438/95)

## SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 35, DE 15 DE AGOSTO DE 1995

Aos Dirigentes de Recursos Humanos dos Órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Participamos aos Senhores Dirigentes que não serão realizadas redistribuições de servidores dos seguintes cargos:

- a) Engenheiro Agrônomo, Químico e Farmacêutico para o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA;
- b) Procurador Autárquico, para o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS; e
- c) Assistente Social e Engenheiro, para o Ministério do Trabalho.

Da mesma forma não será autorizada a redistribuição de nenhum cargo ocupado por servidor para os seguintes órgãos e entidades:

- a) Imprensa Nacional;
- b) Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, salvo para nível auxiliar;
- c) Comissão de Valores Mobiliários-CVM, salvo para nível auxiliar; e
- d) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPÊA.

No mesmo sentido, comunicamos que não se encontram mais em vigor as demais restrições constantes no Ofício-Circular nº 24/95, de 29 de maio de 1995.

LUIZ FERNANDO TERRA TALLARICO  
Secretário

(Of. nº 436/95)

## SECRETARIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS

PORTARIA Nº 2.554, DE 16 DE AGOSTO DE 1995

O SECRETÁRIO DE RECURSOS LOGÍSTICOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e tendo em vista o disposto no subitem 2.3 da Instrução Normativa MARE Nº 05, de 21 de julho de 1995, publicada no D.O.U. de 26/07/95, resolve:

Art.1º - Divulgar a relação de fornecedores que, em razão do deferimento pela Unidade Cadastradora, são admitidos no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF.

Art.2º - Esta Portaria constituirá prova do registro cadastral, conforme estabelece o art.34 da Lei nº 8.666, de 21/06/93, produzindo os efeitos de Certificado de Registro Cadastral, nos termos do §1º do art. 36, do mencionado diploma legal.

Art.3º - Nos processos licitatórios, nas contratações e nos pagamentos, a comprovação de regularidade do licitante ou fornecedor, junto ao SICAF, será obtida por meio de consulta "ON LINE", com a emissão de declaração da situação verificada, devidamente assinada por servidor credenciado.

Art.4º - O licitante ou fornecedor fica desobrigado da reapresentação dos documentos exigidos pelo Sistema, à exceção daqueles previstos no subitem 8.9.2 da Instrução Normativa MARE Nº 05/95.

MISSAO Nº : 83

01016666/0001-09  
CTS - CONSTRUCOES TRANSPORTES E SANEAMENTO LTDA  
UASG: 135100 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

00570731/0001-72  
MZ ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA  
UASG: 150005 - COORDENACAO DE SERVICOS GERAIS/MEC

00673830/0001-80  
SERMEC SERVICOS MECANIZADOS ENGENHARIA E COMERCIO LTDA  
UASG: 200109 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIA FERAL

00620275/0001-28  
LIVEMARE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA  
UASG: 200304 - DIRETORIA DE ADMINISTRACAO GERAL - DAG/SAF/PR

## ANEXO - III

Portaria nº , de de de 1995

## CARGOS EFETIVOS COM JORNADAS DE TRABALHO REDUZIDAS, INFERIOR A 40 HORAS SEMANAIS

DENOMINAÇÃO DO CARGO	JORNADA	LEGISLAÇÃO
MEDICO	20	Dec-lei 1.445/76 (Art.14)
MEDICO DE SAUDE PUBLICA	20	Lei 8.216/91
TERAPEUTA OCUPACIONAL	máximo de 30 h	Lei 8.856/94
ODONTOLOGO (Admitido até 16/02/76, optantes por 30 horas)	30	Dec-lei 1.445/76 (Art.16)
MEDICO VETERINARIO	20	Lei 8.216/91
TECNICO EM ASSUNTOS CULTURAIS (Especialista em Música)	30	Lei 3.857/60
AUXILIAR EM ASSUNTOS CULTURAIS (Especialista em Música)	30	Lei 3.857/60
TECNICO EM RADIOLOGIA	24	Lei 7.394/85
TECNICO DE LABORATORIO (Admitido até 16/02/76, optantes por 30 horas)	30	Dec-lei 1.445/76 (Art.16)
AGENTE DE PORTARIA (em exercício de atividade de ascensorista)	30	Lei 3.270/57
FONOAUDIOLOGO	30	Lei 7.626/87
PROFISSOES DE ARTISTA E DE TECNICO EM ESPETACULOS DE DIVERSOES	(Conforme Art. 21, I, II, III, IV e V)	Lei 6.533/78
PROFISSAO DE RADIALISTA (ADMINISTRAÇÃO, PRODUÇÃO E TÉCNICA)	(Conforme artigo 18, I, II e III)	Lei 6.615/78
MUSICOS PROFISSIONAIS	(5h diárias, observados art. 42 a 48)	Lei 3.857/60
MAGISTERIO	20 ou 40 horas	Lei 7.596/87

79.020-201 CAMPO GRANDE/MS  
fone: (067) 384-1076  
fax: (067) 721-4919

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - DEMEC  
DELEGACIA EM MATO GROSSO DO SUL  
AV. SENADOR FILINTO MULLER, 1191 - CAMPUS UNIVERSITÁRIO  
79.074-460 CAMPO GRANDE/MS  
fone: (067) 787-2961  
fax: (067) 787-2595

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE MATO GROSSO DO SUL  
DIVISÃO DE COMPRAS/NÚCLEO DE HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
AV. FILINTO MULLER S/Nº - CIDADE UNIVERSITÁRIA  
79.080-190 CAMPO GRANDE/MS  
fone: (067) 787-3485  
fax: (067) 787-3485

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE MATO GROSSO DO SUL  
GERÊNCIA DE RECURSOS MATERIAIS  
AV. MANOEL DA COSTA LIMA, 503  
79.080-800 CAMPO GRANDE/MS  
fone: (067) 787-1931  
fax: (067) 787-2182

## RETIFICAÇÃO

No Anexo-II, da Portaria nº 2.561, de 16 de agosto de 1995, publicado no Diário Oficial de 17 seguinte, seção I, página 12.528, onde se lê: 03141 - Afastamento para Servir a outro Órgão ou Entidade, leia-se: 03152 - Afastamento para Servir a outro Órgão ou Entidade.

(Of. nº 515/95)

## SECRETARIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS

PORTARIA Nº 3.191, DE 27 DE SETEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE RECURSOS LOGÍSTICOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e tendo em vista o disposto no subitem 2.3 da Instrução Normativa MARE Nº 05, de 21 de julho de 1995, publicada no D.O.U. de 26/07/95, resolve:

Art.1º - Divulgar a relação de fornecedores que, em razão do deferimento pela Unidade Cadastradora, são admitidos no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF.

Art.2º - Esta Portaria constituirá prova do registro cadastral, conforme estabelece o art.34 da Lei nº 8.666, de 21/06/93, produzindo os efeitos de Certificado de Registro Cadastral, nos termos do §1º do art. 36, do mencionado diploma legal.

Art.3º - Nos processos licitatórios, nas contratações e nos pagamentos, a comprovação de regularidade do licitante ou fornecedor, junto ao SICAF, será obtida por meio de consulta "ON LINE", com a emissão de declaração da situação verificada, devidamente assinada por servidor credenciado.

Art.4º - O licitante ou fornecedor fica desobrigado da reapresentação dos documentos exigidos pelo Sistema, à exceção daqueles previstos no subitem 8.9.2 da Instrução Normativa MARE Nº 05/95.

EMIÇÃO Nº: 212

36767796/0001-50  
CLÍNICA DE ODONTOLOGIA PREVENTIVA COELHINHO SORRIDENTE S/C LTDA  
UASG: 113601 - IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA

25006966/0001-67  
CENGE - CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA  
UASG: 170195 - DELEGACIA DE ADMINISTRACAO DO ME/GO

37157252/0001-39  
SO TOYOTA PECAS E SERVICOS PARA VEICULOS LTDA  
UASG: 160056 - CENTRO DE CARTOGRAFIA AUTOMAT. DO EXERCITO

25098260/0001-72  
MULTISYS INFORMATICA LTDA  
UASG: 130080 - DIR.FEDERAL DE AGRIC.E REFORMA AGRARIA - GO

72580061/0001-86  
CS ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA-ME  
UASG: 150005 - GOVERNACAO DE SERVICOS GERAIS/MEC

73572984/0001-59  
VALENCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA  
UASG: 135141 - SEDE SUREG CONAB GOIAS

37665536/0001-36  
LIBER SERVICOS GERAIS LTDA  
UASG: 135141 - SEDE SUREG CONAB GOIAS

492724031-20  
RODRIGO DE CASTRO SILVA  
UASG: 154040 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

02008142/0001-20  
LAGO AZUL TURISMO LTDA  
UASG: 200304 - DIRETORIA DE ADMINISTRACAO GERAL - DAG/MARE

Art.5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO ADOLFO DE CAMPOS SAUR

PORTARIA Nº 3.193, DE 27 DE SETEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE RECURSOS LOGÍSTICOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e tendo em vista o disposto no subitem 2.3 da Instrução Normativa nº 05, de 26/07/95, que instituiu o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, resolve:

1. Divulgar, com base na Alteração Contratual, de 27 de março de 1995, para os fins previstos em Lei, a seguinte alteração da Razão Social de:

CGC nº 27.961.655/0003-44

Ecodata Comércio e Indústria Ltda

Emissão nº 80 - Publicada no D.O.U. em 20.03.95

UASG: 390004 - Coordenação Geral de Serviços Gerais - MT

Para:

CGC nº 27.961.655/0003-44

Ecodata Comércio e Serviços Ltda

Emissão nº 80 - Publicada no D.O.U. em 20.03.95

UASG: 390004 - Coordenação Geral de Serviços Gerais - MT

RICARDO ADOLFO DE CAMPOS SAUR

(Of. nº 515/95)

## Ministério da Ciência e Tecnologia

## GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 342, DE 27 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal à VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A AÇÚCAR E ALCOOL, participante do Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário - PDTA associativo, aprovado pela Portaria MCT nº 250/95, para os fins que especifica.

O MINISTRO DE ESTADO INTERINO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 5º, "caput", 9º e 30 do Decreto nº 949, de 5 de outubro de 1993, e na Portaria MCT nº 250/95, de 23 de junho de 1995, resolve:

Art. 1º Conceder à VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A AÇÚCAR E ALCOOL, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 47.254.396/0001-67, participante do Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário - PDTA associativo aprovado pela Portaria MCT nº 250/95, de acordo com o Processo MCT/SETEC nº 01.019/94, para a apurada e fiel execução do referido Programa, o seguinte incentivo fiscal:

I - dedução, até o limite de oito por cento do Imposto de Renda - IR devido, de valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do imposto à soma dos dispêndios com atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico agropecuário, incorridos no período-base, classificáveis como despesas pela legislação desse tributo, inclusive pagamentos a terceiros, na forma prevista no art. 8º do Decreto nº 949/93, podendo o eventual excesso ser aproveitado no próprio ano-calendário ou nos dois anos-calendários subsequentes, no valor equivalente a 435.000 UFIR.

Art. 2º O prazo para a fruição dos incentivos fiscais de que trata o artigo anterior inicia-se na data de publicação desta Portaria e estende-se por 57 meses.

Art. 3º O prazo para a execução do PDTA estende-se até 22 de junho de 2000, conforme estabelecido no art. 2º da Portaria MCT nº 250/95.

Art. 4º A concessão do incentivo fiscal deferido por esta Portaria poderá ser tornada sem efeito, a qualquer tempo, sem prejuízo dos tributos exigíveis, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora de um por cento ao mês ou fração, bem como das penalidades cabíveis, à luz do disposto no Capítulo IV do Decreto nº 949/93, se a empresa beneficiária deixar de cumprir quaisquer das obrigações legais e regulamentares, em especial, as seguintes:

I - manter, no mínimo, a estrutura de gestão tecnológica permanente, conforme descrita no PDTA;

II - destacar contabilmente, com subítulos por natureza de gasto, os dispêndios relativos às atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico do Programa durante o período de sua execução;

III - utilizar os bens adquiridos com incentivo fiscal, conforme relação contida no PDTA, exclusivamente nas atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico;

IV - manter as linhas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico contidas no PDTA e a relação dos bens adquiridos com incentivo fiscal, salvo se prévia e expressamente autorizada pelo MCT a alterá-las, mediante requerimento fundamentado apresentado à Agência Credenciada na qual o Programa deu entrada;

V - apresentar o "Relatório de Execução do PDTA", nos meses de abril e outubro, à Agência Credenciada na qual o Programa deu entrada;

VI - prestar informações e permitir o livre acesso de funcionários da Agência Credenciada e demais autoridades competentes aos seus estabelecimentos, a qualquer tempo, de forma a possibilitar auditoria técnica e contábil, com relação ao atendimento dos compromissos assumidos no Programa.

Art. 5º O MCT, em articulação com os demais órgãos competentes, realizará o acompanhamento e a avaliação da execução do Programa referido no art. 1º, bem como do cumprimento, pela beneficiária, das obrigações mencionadas no artigo anterior.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Of. nº 201/95)

LINDOLPHO DE CARVALHO DIAS